

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1829358 - SP (2019/0224893-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**

**EMBARGANTE : ASSUA INCORPORADORA LTDA**

**ADVOGADOS : LUIZ BOSCO JUNIOR - SP095451  
ANDRÉ LUIZ BIEN DE ABREU E OUTRO(S) -  
SP184586**

**EMBARGADO : ANDRE LUIZ CAPELINI DOS SANTOS**

**EMBARGADO : GEIZA GARCIA BICUDO**

**ADVOGADO : PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREITAS -  
SP102546**

**INTERES. : ASSUÃ CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E  
COMÉRCIO LTDA**

**ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR MISSE ABE E OUTRO(S) - SP069120**

### **EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA POR CULPA DO VENDEDOR. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. SÚMULA Nº 568 DO STJ. JUROS. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. EMBARGOS REJEITADOS, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a pretensão de reforma da decisão não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do NCPC.

3. Em virtude do não conhecimento dos presentes aclaratórios, incide ao caso a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC, no percentual de 2% sobre o valor atualizado da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.  
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator